

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS-CAMPUS POÇOS DE CALDAS
ENGENHARIA DE MINAS

Pedro Augusto Mendes

Censura nas redes sociais? Uma visão menos egocêntrica.

Alfenas/MG

2024

Pedro Augusto Mendes

Censura nas redes sociais? Uma visão menos egocêntrica.

Texto apresentado como parte da avaliação da disciplina de Ética, computador e sociedade. Lecionada no 7º período do curso de Bacharelado Ciência da Computação na Universidade Federal de Alfenas.

Prof. Paulo Alexandre Bressan.

Alfenas/MG

2024

O cenário brasileiro, nos últimos dias, foi surpreendido com a "briga política" entre o controverso Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil, o senhor Alexandre de Moraes (para os íntimos: Xandão ou Lex Luthor da shoppe) e o filantropo e diretor executivo da Tesla Motors, o senhor Elon Musk, também conhecido por ser acionista majoritário da rede social "X", outrora conhecida como "Twitter". As discussões não são de agora; a ideia de regulamentação das redes sociais começou a ser veementemente arquitetada a partir dos acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023. Dia marcado pela invasão e vandalização do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF (Supremo Tribunal Federal). O contexto era bastante explícito: um país polarizado enfrentava uma eleição controversa, com pouquíssima diferença de votos entre os então candidatos Jair Messias Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. Após uma eleição absurdamente justa, grupos apoiadores do candidato da direita, o ex-presidente Bolsonaro, organizaram manifestações ao longo de diversos meses, onde pediam às portas das Organizações Militares por Intervenção Militar, isto é, que as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) não permitissem a posse e o governo do candidato eleito. Isto se arrastou por diversos meses e mobilizou todo o país, onde, dada a polarização, cada indivíduo era quase que convocado a ir às manifestações defender o seu lado da moeda. Anos de divisão política, tal qual lembrava a Revolução Francesa, tamanha separação ideológica causada no país, culminaram em um ataque aos patrimônios da democracia brasileira presentes em Brasília, capital federal da República.

A partir daí, iniciou-se o debate sobre o porquê de deveria ser implementada a regulamentação das redes sociais, embasado no argumento principal de que os ataques só foram de fato bem-sucedidos porque foram previamente manipulados e planejados nas redes sociais. O filósofo Luiz Felipe Pondé atribui a culpa ao próprio governo brasileiro e aos centros de inteligência responsáveis pela segurança do patrimônio governamental. Questionando o fato de que a plataforma não pode se responsabilizar por aquilo que "parece" ser discurso de ódio, pois isso levaria a um paradoxo da relatividade existencial, onde, fundamentados diversos contextos, cenários e histórias, cada indivíduo teria uma interpretação diferente daquilo que seria discurso de ódio. Ou seja: "isso não me ofende, mas ofende a você?" Logo, seríamos levados a diversas discussões sobre o que representa o discurso de ódio para cada um, até chegar a um ponto onde todos os usuários, alguma hora, seriam portadores ou vítimas deste tal "discurso de ódio", o que, por consequência, levaria ao

completo caos virtual, necessitando que então, a plataforma deixasse de existir. Com isso, pressupõe-se que as precauções deveriam ser tomadas pelos governos, e não pelas empresas donas das mídias sociais.

A evolução tecnológica proporcionou mais acessibilidade, inclusão e poder a todos. Os canais de comunicação não estão mais apenas nas mãos do William Bonner e da Fátima Bernardes. Não é necessário mais que a população só saiba aquilo que eles querem transmitir, ou entender como verdade, só aquilo que sai da boca dos âncoras do Jornal Nacional. A popularização da internet é um fenômeno, e trouxe consigo ônus e bônus. A presença da internet criou um fenômeno geográfico sobre a globalização que antes nunca era pensado, ter o mundo na palma da mão, o poder de discussão e direito à opinião pública em qualquer idioma, sobre qualquer discussão sem a necessidade de uma carteirada que provasse o seu direito a fala teve para os dias de hoje, o peso de uma revolução industrial no século XX. A partir disso, a análise pode ser entendida como: Qual o motivo para não querer dar voz à toda uma sociedade? O que leva a querer que os indivíduos não possam expressar aquilo que pensam através das redes sociais? Em outros tempos, sua opinião só seria ouvida se você cursasse 4 anos de jornalismo, tivesse 10 anos de carreira em emissoras locais, e conseguisse através de diversos meios, uma forma de chegar à Rede Globo, conquistar espaço para ter 2 à 5 minutos de direito de fala no Jornal Nacional, Jornal Hoje ou no Jornal da Noite. Agora, é natural que cada pessoa tenha a possibilidade de expressar aquilo que pensa em poucos cliques no seu smartphone. A caracterização disso é classificada como "regulamentação da mídia para controlar a opinião pública". Manobra clássica utilizada como ferramenta de consolidação de regimes autoritários. Uma vez que, é possível manipular os formadores de opinião, toda uma população seria manipulada, isto é claro, no século XX e no começo dos anos 2000.

A internet não dá mais espaço para isso, não é possível manipular um país de tamanho continental como o Brasil, portador de 210 milhões de habitantes. Regular as mídias sociais seria consolidar ainda mais o monopólio da Rede Globo, responsável por 75% dos canais de comunicação tradicionais, isto é, televisão, veículos jornalísticos impressos e canais de rádio. Para ter o direito de se embasar no fato de que países como França, Canadá e Reino

Unido regulam as mídias sociais, deve-se entender que não há registros, desde 1980, de empresa que conseguisse abranger mais de 30% de toda a mídia. Em números, isso corresponde a menos de 50% do domínio que a Rede Globo possui em terras tupiniquins. Não é difícil enxergar o cenário em que seríamos inseridos novamente: mídia social regulamentada, Rede Globo dominando 75% dos canais de comunicação, sob forte influência ideológica, formando novamente a opinião pública através daquilo que ela decide veicular como informação ou não. Podemos encontrar cenários assim em países como a Arábia Saudita, Vietnã, Guiné Equatorial, Bielorrússia e Cuba. Notou algo em comum? Todos eles vivem sob forte domínio governamental, pensado para ser perpétuo. Já vimos este cenário no Brasil no período entre 1964 e 1985.

A tentativa do Ministro Alexandre de Moraes é embasada em puro interesse público em voltar a ter domínio da opinião pública, visando menos questionamento, críticas e possíveis ataques planejados como o 8 de janeiro de 2023. Em um país sério, isto seria levado como piada, no Brasil, vira discussão entre deputados. Regular as mídias, sob monopólio dos meios de comunicação seria novamente, dar voz apenas a deputados, senadores e jornalistas, onde eles, sem qualquer resistência, poderiam novamente decidir aquilo que eles pensam ser melhor para o país, o que por si só, é um viés altamente tendencioso, dado que, por anos, presenciamos aumento de salário e privilégios da classe governamental, enquanto a classe mais pobre, teve o salário mínimo ajustado sempre abaixo, ou às margens da inflação. Claro que todos devem ser responsabilizados por aquilo que dizem na internet. Não dá para você sair chamando alguém de nazista ou fascista sem conhecer Adolf Hitler e Benito Mussolini, e sem entender tudo de ruim que eles representaram e fizeram. Portanto, considerando o contexto, deve-se separar o que é crime, do que é opinião. Regular e punir opiniões que são crime é dever da Justiça brasileira. Regular e controlar opiniões, por mais idiotas que sejam, mas que não ferem o Código Penal Brasileiro, é uma manobra de controle de poder governamental.